



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS
Grupo de Trabalho Bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro

RECOMENDAÇÃO Nº 3, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS e a DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, III, da Constituição Federal, bem como o que preceituam os artigos 5º, II, “d”; III, “b” e “c” e artigo 6º, VII, “b”, e “d”; XIV, “d” e XX da Lei Complementar 75/1993, observando-se ainda do disposto na Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017, visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente, bem como a defesa do patrimônio público e do meio ambiente;

CONSIDERANDO ser missão do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, § 1º, c/c art. 21 da Lei nº 7.347/85, c/c art. 90 da Lei 8.078/90);

CONSIDERANDO que em parte dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol, onde se observam rachaduras em imóveis e infraestrutura urbana, vem ocorrendo o fenômeno de subsidência, cuja causa foi atribuída à exploração de

sal-gema pela petroquímica Braskem;

CONSIDERANDO que, nesse contexto, o Ministério Público Federal ajuizou a Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000, em trâmite no Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, em cujo cerne se busca a responsabilização dos demandados e a condenação à reparação integral dos danos provocados ao meio ambiente, às pessoas e às respectivas comunidades;

CONSIDERANDO que, no dia 30 de dezembro de 2019, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Alagoas, a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a Braskem firmaram Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco.

CONSIDERANDO que, nos termos do parágrafo sétimo da Cláusula 24 do Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco, restou estabelecido que, na hipótese de ocorrência de situações supervenientes e excepcionais de extrema gravidade decorrentes dos Impactos PBM, não previstas no termo e que requeressem atuação emergencial, a Braskem seria intimada formalmente para aportar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, valor adicional em dinheiro suficiente para fazer frente às despesas delas decorrentes.

CONSIDERANDO que, no dia 30 de dezembro de 2020, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Braskem firmaram o Acordo de Reparação Socioambiental e Urbanístico, no bojo da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000;

CONSIDERANDO que, consoante a Cláusula 1ª do Acordo de Reparação Socioambiental e Urbanístico, a Braskem comprometeu-se a adotar as medidas necessárias à estabilização e ao monitoramento do fenômeno da subsidência, decorrente da extração de sal-gema, conforme exigido pela Agência Nacional de Mineração (ANM) no Plano de Fechamento de Minas;

CONSIDERANDO que, nos termos da Cláusula 100 do Acordo de Reparação Socioambiental e Urbanístico, a Braskem assumiu responsabilidade pela reparação do passivo socioambiental decorrente do fenômeno de subsidência percebido nas áreas afetadas pelos Impactos PBM, obrigando-se a adotar as medidas necessárias de mitigação, reparação ou compensação socioambiental, conforme estabelecido no Acordo, garantindo os recursos necessários para seu fiel cumprimento;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.575/2017, compete à ANM fiscalizar a atividade de mineração, podendo realizar vistorias, notificar, autuar infratores, adotar medidas acautelatórias como de interdição e paralisação, impor as sanções cabíveis, firmar termo de ajustamento de conduta, constituir e cobrar os créditos delas decorrentes, bem como comunicar aos órgãos competentes a eventual

ocorrência de infração, quando for o caso;

CONSIDERANDO que cabe à ANM estabelecer e/ou aprovar as medidas técnicas necessárias ao fechamento seguro das frentes de lavra de sal-gema exploradas pela Braskem em Maceió/AL, visando à estabilização dos efeitos da subsidência;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.608/12 institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, estabelecendo que:

Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

§ 1º As medidas previstas no caput poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

§ 2º A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.608/ 12 arrola no art. 4º as diretrizes da PNPDEC, conforme abaixo:

I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;

V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional;

VI - participação da sociedade civil.

CONSIDERANDO que são objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, previstos no art. 5º, da Lei nº 12.608/12: a redução dos riscos de desastres; prestação de socorro e assistência às populações atingidas por desastres; a promoção de forma contínua das ações de proteção e defesa civil; promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência; monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres; produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais; orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção; além da necessidade de integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente;

CONSIDERANDO a comunicação da Coordenação Municipal Especial de Proteção e Defesa Civil, por meio do Ofício – COMPDEC /2023, datado de 29 de novembro de 2023, que informou o risco iminente de dolinamento da Mina 18, com possibilidade de deslocamento abrupto do solo nesta tarde;

CONSIDERANDO que a Braskem, em resposta ao Ofício 870 – COMPDEC /2023, evidenciou, em 29 de novembro de 2023, que:

1. A análise do inverso da velocidade do DGPS 20 começou a indicar, a partir da data de hoje, correlação que permite usar esse método para avaliar possíveis condições de deslocamento abrupto do solo (com possível *sinkhole*).
2. Ao longo da manhã de hoje, conforme já informado por telefone, os dados indicavam um coeficiente de aproximadamente 0,4 com uma possível condição de deslocamento abrupto do solo para as 13h.
3. A última atualização mostra uma correlação de dados com coeficiente de aproximadamente 0,8 e com uma possível condição de deslocamento abrupto do solo para as 16h48min.
4. Foram obtidas fotos de drone da área onde ocorre a movimentação atípica do solo que mostram fissuras localizadas acima da cavidade 18. Imagens essas já disponibilizadas à esta Defesa Civil.

CONSIDERANDO que, na mesma oportunidade, a Braskem recomendou a retirada imediata dos moradores que ainda ocupam imóveis dentro da área de risco do Mapa de Linha de Ações Prioritárias e reforçou a necessidade de isolamento do acesso à lagoa nessa região.

CONSIDERANDO que ao Ministério Público Federal compete, nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

RECOMENDA:

(1) ao Sistema de Defesa Civil que:

- a) atue de forma integrada e coordenada de todos os níveis da Defesa Civil;
- b) intensifique de todas as providências para monitoramento adequado da região do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias e adjacências, bem como da bacia do Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba;
- c) adote de providências quanto à intensificação da comunicação adequada e respeitosa à população em geral, indicando claramente as orientações que devem

ser seguidas pela população;

d) adote as providências para atendimento social e psicológico das pessoas residentes nas adjacências ao Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, identificando vulnerabilidades físicas e emocionais, promovendo o encaminhamento aos serviços necessários;

e) identifique a necessidade de evacuação da residência, seja por risco à vida e integridade física, seja em razão das condições socioemocionais, sejam adotadas as providências necessárias para encaminhamento a abrigo temporário em condições dignas.

(2) à ANM que:

a) intensifique o monitoramento das cavidades e das atividades que estão sendo realizadas em cumprimento aos planos de fechamento de minas elaborados e aprovados;

b) reexamine os planos de fechamento de minas até então elaborados e aprovados, com indicação de eventuais novas exigências que se mostrem necessárias para garantir a segurança das pessoas e das atividades.

(3) à Braskem que arque com os custos necessários e decorrentes da adoção das medidas elencadas acima.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS e a DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO advertem que a presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências solicitadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de todas as medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra os que se mantiverem inertes.

RESSALTA-SE, por fim, que os destinatários dispõem do prazo de 24 horas para informar formalmente ao Ministério Público Federal se acolherão a presente Recomendação, bem como as providências que estão sendo adotadas para o seu atendimento, juntando documentos que comprovem tais medidas, nos termos do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75, de 1993 e art. 10 da Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017. Por fim, saliente-se que a ausência de resposta será interpretada como recusa no atendimento à Recomendação.

Publique-se a presente Recomendação no portal eletrônico do Ministério

Público Federal, nos termos do que dispõe o art. 23 da Resolução nº 87, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 06 de abril de 2010.

(assinado digitalmente)

DIEGO BRUNO MARTINS ALVES

Defensor Público Federal

(assinado digitalmente)

JULIA WANDERLEY VALE CADETE

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

Promotor de Justiça

(assinado digitalmente)

JORGE JOSÉ TAVARES DÓRIA

Promotor de Justiça

(assinado digitalmente)

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA

Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00037820/2023 RECOMENDAÇÃO nº 3-2023**

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **29/11/2023 17:05:27**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **29/11/2023 17:09:51**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **29/11/2023 17:11:53**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **29/11/2023 17:38:51**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 12f3f725.e5348697.cbb6bd1c.0a5eb3fc